

A tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA como um Fluxo Biopolítico Circular que gerencia a alfabetização no Brasil

The triad cycle of literacy- PNAIC-ANA as a circular biopolitical flow that generates literacy in Brazil

La tríada Ciclo de Alfabetización-PNAIC-ANA como un flujo biopolítico circular que gestiona la alfabetización en Brasil

Rosimar Isidoro Machado – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

Kamila Lockmann – Universidade Federal do Rio Grande (FURG)

RESUMO

Este artigo apresenta o recorte de uma investigação que teve como objetivo analisar as atuais políticas públicas de alfabetização no Brasil, a partir da problematização de como a tríade – Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA – opera sobre o professor alfabetizador e que efeitos produz nesse sujeito. Para isso, realizamos análise documental da legislação e entrevista semiestruturada com professores alfabetizadores. Embasadas pelo pensamento foucaultiano, sustentamos o argumento de que tal tríade opera sobre o sujeito docente a partir de um Fluxo Biopolítico Circular, que articula saberes, poderes e modos de subjetivação, fazendo com que ora os professores se dobrem aos discursos das políticas, ora produzam escapes e rasgaduras na ordem instituída.

Palavras-chave: avaliação externa; saber estatístico; biopolítica.

ABSTRACT

This article presents part of a study that aimed to analyze the current public literacy policies in Brazil, starting from the problematization of how the triad – Literacy Cycle-PNAIC-ANA – operates on the literacy teacher and how it effects him/her. To this end, we performed documentary analysis of the legislation and conducted semi-structured interviews with literacy teachers. Based on the foucaultian thought, we argue that such a triad operates on the teacher from a Circular Biopolitical Flow perspective, articulating knowledge, powers and modes of subjectivation, thus causing the teacher to sometimes bend to policy discourses, sometimes produce leaks and tears in the established order.

Keywords: external evaluation; statistical knowledge; biopolitics.

RESUMEN

Este artículo presenta una investigación que tuvo como objetivo analizar las políticas públicas actuales de alfabetización en Brasil, a partir de la problematización de cómo opera la tríada – Ciclo de alfabetización-PNAIC-

ANA – en el maestro de alfabetización y qué efectos produce sobre ese sujeto. Para ello, realizamos un análisis documental de la legislación y entrevista semiestructurada con profesores de alfabetización. Basado en el pensamiento foucaultiano, apoyamos el argumento de que tal tríada opera en el profesor a partir de un Flujo Biopolítico Circular que articula saberes, poderes y modos de subjetivación, haciendo que a veces los maestros se dobleguen a los discursos políticos, a veces produzcan fugas e interrupciones en el orden establecido.

Palabras clave: evaluación externa; conocimiento estadístico; biopolítica.

Introduzindo a temática

O presente artigo tem a intenção de discutir as múltiplas relações estabelecidas no bojo de uma tríade composta por três políticas públicas contemporâneas, quais sejam: o Ciclo de Alfabetização, o Pacto Nacional da Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) e a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA). A partir da análise do funcionamento dessa tríade, pretendemos problematizar os efeitos que ela produz sobre o sujeito docente.

Para tal empreendimento, foram realizados dois movimentos de pesquisa. O primeiro refere-se à análise documental da legislação que envolve a tríade CICLO-PNAIC-ANA, cujos documentos selecionados foram: a Lei que institui e define ações e diretrizes do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (BRASIL, 2012), Cadernos de Apresentação e Formação do professor Alfabetizador (BRASIL, 2012a); o documento que organiza a proposta curricular do Ciclo de Alfabetização (BRASIL, 2012b) e, ainda, o documento básico que institui a Avaliação Nacional da Alfabetização e define suas diretrizes (BRASIL, 2013). No segundo movimento da pesquisa, foram analisados alguns discursos produzidos por nove professores alfabetizadores do município de Tavares, no estado do Rio Grande do Sul, que participaram dos encontros de formação do PNAIC (entre os anos de 2015 a 2017) e se mantiveram atuando no ciclo de alfabetização até o ano de 2017¹.

Realizada esta contextualização, destacamos que o texto se baseia no argumento de que a tríade CLICO-PNAIC-ANA coloca em operação o que denominamos *Fluxo Biopolítico Circular*, o qual instaura processos e movimentos múltiplos que articulam saberes, poderes e formas de subjetivação, com o intuito de gerenciar a Alfabetização no Brasil, e põe em destaque o controle como principal técnica para conduzir do sujeito docente na contemporaneidade.

¹ Nesta etapa foram realizadas entrevistas semiestructuradas com os nove professores participantes da pesquisa. Tais entrevistas foram realizadas nas Escolas em que os professores atuavam, com horários e salas previamente agendados de acordo com a disponibilidade de cada entrevistado. Para o desenvolvimento deste procedimento obtivamos a autorização da Secretaria Municipal de Educação de Tavares, assim como de cada participante da pesquisa por meio do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As identidades dos professores foram preservadas, utilizando apenas números para se referir a elas.

Para sustentar esta argumentação, organizamos o artigo da seguinte forma: na primeira seção, apresentamos o *Fluxo Biopolítico Circular* e as três dimensões que o compõem: o saber, o poder e os modos de subjetivação. A partir dessa sustentação teórico-metodológica, criada a partir das análises desenvolvidas na pesquisa, a segunda seção do artigo apresenta o exercício analítico empreendido, evidenciando três momentos de operação da tríade CICLO-PNAIC-ANA e o tríplice deslocamento entre as relações de saber, poder e subjetivação.

CICLO-PNAIC-ANA: um *Fluxo Biopolítico Circular* no gerenciamento da alfabetização no Brasil

Nesta primeira seção, apresentamos, de forma breve, o *Fluxo Biopolítico Circular* e as três dimensões que o compõem: o saber, o poder e os modos de subjetivação.

Para compreender que a tríade CICLO-PNAIC-ANA realiza um movimento para gerenciar os riscos do analfabetismo no Brasil, por meio do que denominamos *Fluxo Biopolítico Circular*, o conceito de biopolítica, utilizado na pesquisa, foi muito produtivo, pois mostra a ênfase na gestão e no controle dos riscos produzidos no campo da alfabetização. Essas políticas de alfabetização (CICLO, PNAIC e ANA) tornaram-se ações biopolíticas prioritárias para gerir o risco do analfabetismo e controlar os índices de alfabetização para que cheguem a patamares desejáveis. A biopolítica, nesta análise, é vista como uma tecnologia de poder, uma ação de governar com a intenção de gerenciar uma dimensão coletiva, assim como foi explicado por Foucault (2008b), uma vez que ela se ocupa desses processos relacionados ao controle e à regulação de uma população.

Ao analisarmos a atividade da tríade, a ideia de **fluxo** surge da identificação de uma continuidade que estas ações biopolíticas vêm apresentando, num movimento contínuo e permanente que impulsiona as políticas e age no espaço aberto e não só no interior de instituições. Denominamos o fluxo de *biopolítico* porque, para gerenciar os riscos na dimensão coletiva, ele molda as ações docentes para atingir determinadas metas e determinados resultados tidos como desejáveis e, dessa forma, gerencia os riscos que uma população não alfabetizada pode produzir para a vida da população em geral. Além disso, acrescentamos a palavra *circular* para definir o movimento permanente que é impulsionado pela produção de saberes estatísticos. Tais saberes, num primeiro momento, apresentam os resultados estatísticos sobre a situação educacional do país. Esses resultados impulsionam a elaboração e criação de novas políticas e programas que pretendem incidir e modificar os índices negativos previamente apresentados. Com o intuito de medir os resultados da criação dessas novas políticas, mais estatísticas são produzidas, as

quais são utilizadas, novamente para a elaboração de novas diretrizes, políticas e programas educacionais num movimento circular que não se esgota jamais.

A Avaliação Nacional da Alfabetização é um dos elementos estruturantes da tríade, o que evidencia a relação com a dimensão do saber. A partir dos saberes estatísticos produzidos pela ANA, são criadas políticas e disparadas ações que visam melhorar os indicadores, como, por exemplo, ações de formação continuada para professores alfabetizadores. Após a realização dessas ações, novas estatísticas são produzidas para medir os efeitos dessas políticas sobre os índices de alfabetização. A ANA, por exemplo, foi criada para medir os efeitos do PNAIC, ou seja, constitui-se num instrumento de produção de saber estatístico acerca do Ciclo de Alfabetização, que opera para verificar se os índices de alfabetização das crianças modificaram-se a partir da execução do PNAIC. Nesse sentido, o movimento circular da tríade não se esgota, pois, a partir da produção desses novos saberes estatísticos, novas ações são pensadas e o movimento que articula estatística e políticas de alfabetização efetiva-se de forma circular, permanente e sucessiva.

Esse movimento é evidenciado a partir de uma aproximação analítica com três momentos da obra de Michel Foucault ao analisar a constituição dos sujeitos. O eixo do saber, do poder e dos modos de subjetivação. No entanto, o estudo não se limita a analisar essas relações por seus elementos distintos, mas como argumentou Foucault,

[t]rata-se, ao contrário, da análise das relações complementares, entre três elementos distintos, que não se reduzem uns aos outros, que não se absorvem, uns aos outros, mas cujas relações são constitutivas umas das outras. Esses três elementos são: os saberes, estudados na especificidade da sua veridicção; as relações de poder, estudadas não na emanção de um poder substancial e evasivo, mas nos procedimentos pelos quais a conduta dos homens é governada; e enfim os modos de constituição dos sujeitos a partir das práticas de si. É realizando esse tríplice deslocamento [...] que se pode, assim me parece, estudar as relações entre verdade, poder e sujeito, sem nunca reduzi-las umas às outras (2011, p. 10).

Considerando esse tríplice deslocamento entre as dimensões do saber, poder e das práticas de si, evidenciamos que as relações emanadas da tríade CICLO-PNAIC-ANA complementam-se e não se anulam, assim, fazendo operar o *Fluxo Biopolítico Circular*.

Primeiro, é possível visualizar os saberes que a tríade mobiliza para entrar em funcionamento: saberes estatísticos, mobilizados pelas avaliações em larga escala. Depois, é possível perceber como as políticas produzem maneiras eficazes de condução da conduta docente que interferem no modo de organizar e praticar o currículo escolar. Em terceiro lugar, podemos evidenciar os modos de subjetivação a partir dos quais os professores se dobram às verdades produzidas pelas políticas e pelas estatísticas ou realizam questionamentos e problematizações mobilizando

estratégias de resistência que ocorrem no interior desses movimentos, o que não caracteriza escapes permanentes, mas deslocamentos dentro da tríade, que geram outras formas de pensar e de constituir-se como docente. São esses os movimentos que tentaremos discutir na próxima seção.

A tríade CICLO-PNAIC-ANA e o tríplice deslocamento entre as relações de saber, poder e subjetivação

Para mostrar como esse fluxo de políticas de alfabetização vem se constituindo, apresentamos uma retomada do contexto de aparecimento da tríade para ser possível, logo após, problematizar as dimensões em que ela se desloca e opera, relacioná-las com as contribuições deixadas pela obra de Foucault e compreender porque tem sido um elemento estruturante, na política educacional brasileira, para gerenciar a alfabetização.

É necessário observar que esse movimento, uma vez pensado e produzido para gerenciar a alfabetização no Brasil, vem-se delineando, desde 2001, com a ideia de ampliação do Ensino Fundamental para nove anos (SANTAIANA, 2008) pautado no argumento dos índices negativos da alfabetização. Tal argumento apresenta a estatística como elemento central que subsidia as ações do Governo² e controla os índices de analfabetismo e de baixa escolaridade para gerenciar o risco social futuro. Dessa forma, a estatística é vista como uma “estratégia de poder que permite a construção de categorias sociais e econômicas, por meio das quais os sujeitos podem ser classificados, organizados e controlados pela administração do Estado” (SANTAIANA, 2008, p.56), além de influenciar na produção de discursos e nos modos de ser e pensar a alfabetização.

Com base na produção do discurso pautado pelo saber estatístico, a produção de políticas públicas e os efeitos que essas políticas produzem sobre o sujeito docente, apresentamos os três exercícios analíticos empreendidos durante a pesquisa.

O primeiro exercício analítico considera a estatística como elemento estruturante da política de alfabetização brasileira e evidencia a sua relação com o eixo do saber. Em um segundo momento, o poder é estudado a partir das práticas de governo articuladas às políticas de alfabetização que interferem no modo de organizar e praticar o currículo escolar e, num terceiro exercício analítico, evidenciamos os modos de subjetivação apresentando alguns efeitos produzidos sobre o sujeito docente a partir de tais políticas.

² Governo grafado com G maiúsculo refere-se a uma instituição do Estado que centraliza ou toma, para si, a caução da ação de governar e governo é a própria ação ou ato de governar que se espalha, microfisicamente, pelo tecido social (VEIGA-NETO, 2002b).

A produção de verdades sobre alfabetização no Brasil: o saber estatístico e as avaliações em larga escala

Nesse primeiro exercício analítico, é possível visualizar que a tríade, para entrar em funcionamento, mobiliza saberes estatísticos a partir das avaliações em larga escala, como a Avaliação Nacional da Alfabetização - ANA.

Para conhecer biopoliticamente uma população, o conhecimento técnico pauta-se pela estatística, que se desenvolve a partir de um processo de inteligibilidade, o qual pressupõe conhecer tecnicamente um sujeito coletivo, os processos que se desenvolvem, para, assim, poder gerenciar o risco no interior da população. A partir dessa perspectiva, a estatística torna-se um fator fundamental na produção de saber sobre os comportamentos da população docente e passa a ser utilizada para gerenciar as políticas de alfabetização na contemporaneidade, passando a manifestar a produção de uma verdade sobre os índices de alfabetização no Brasil. Com base nisso, podemos fazer uma análise produtiva com o que Foucault proferiu em um de seus cursos no Collège de France, em 1980, intitulado “Do governo dos vivos”. A partir de tal curso, é possível compreender que essa necessidade de produzir conhecimento sobre os comportamentos de uma população não é exclusiva das ações de governar contemporâneas, mas atravessa séculos, desde o nascimento da biopolítica, acompanhada do aparecimento da noção de população, no século XVIII. Foi nesse momento que a população começou a ser o objeto de saber, havendo necessidade de conhecer seus processos espontâneos.

Em outro Curso, intitulado Nascimento da Biopolítica, Foucault já discutia que tal preocupação do Estado em conhecer uma população demandou procedimentos e técnicas para assegurar a regulação e o controle sobre essa população. Para isso, é necessária a produção de um conjunto de saberes, entre os quais a estatística acabou tornando-se o elemento central da nova racionalidade governamental: [...] a estatística, é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que caracterizam um Estado num momento dado (FOUCAULT, 2008a, p.365).

É, portanto, mais efetivamente desde o século XVIII, que a necessidade de produção de um saber quantificável sobre a população se instala, uma vez que se configura a ideia de que não pode haver governo sem que se conheçam os conjuntos e os processos que envolvem uma população. É por essa dimensão do conhecer e do saber que nos aproximamos da obra de Foucault. Pela dimensão do saber, Veiga-Neto (2016) apresenta a fase arqueológica, a partir de algumas obras³, nas quais Foucault se utilizou do método da arqueologia para analisar as gêneses e

³ Como: História da Loucura (1978), Arqueologia do saber (1995), O nascimento da clínica (2003), As palavras e as coisas (1992).

as transformações dos saberes no campo das Ciências Humanas. O autor brasileiro discute como alguns sentidos e algumas práticas podem ser aceitos(as) numa rede discursiva em função da produção de verdades. O discurso, na arqueologia, é compreendido como um conjunto de possibilidades, de recorrências, de regularidades que se integram ao já dito para enunciar o novo. Desta forma, permite que algo se constitua como verdadeiro. Nesta fase, Foucault compreende o discurso pela análise do saber, pois “[...] não há saber sem uma prática discursiva definida, e toda prática discursiva pode definir-se pelo saber que ela forma” (FOUCAULT, 1995a, p.205). As práticas formam e inventam os objetos dos quais falam. Ao inventar e produzir determinados objetos, os discursos constituem-se num arquivo que, na perspectiva foucaultiana, é traduzido num conjunto de regras que, num dado período histórico e numa dada sociedade, determinam ou condicionam tanto aquilo que pode ser dito quanto suas formas de produzir verdades. Nesse sentido, como um arquivo, o conjunto de discursos proferidos, em dado momento, está condicionado pelo conteúdo de verdade que lhes é atribuído (FOUCAULT, 1991, p.61 apud VEIGANETO, 2016, p.95).

Sendo assim, com a atribuição de subsidiar as políticas públicas da educação, a produção de saberes estatísticos no Brasil é condicionada pelos conteúdos de verdades que lhes são atribuídas. A ANA, por exemplo, é um instrumento que tem tais atribuições, uma vez que seus resultados têm o objetivo de apresentar os índices de alfabetização e tornar conhecidos dados sobre a alfabetização do sujeito infantil, ou seja, desses corpos múltiplos que são os sujeitos infantis envolvidos no ciclo de alfabetização. Trata-se de “[...] um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”. (FOUCAULT, 1999, p. 292).

A partir desta operação, a biopolítica pretende tornar conhecida a aprendizagem do sujeito infantil, desse corpo múltiplo, desse grupo da população que se forma a partir do ciclo de alfabetização: “[...] é um novo corpo: corpo múltiplo, corpo com inúmeras cabeças, se não infinito pelo menos necessariamente numerável”. (FOUCAULT, 1999, p.292). Sendo um corpo múltiplo, a biopolítica vai lidar com fenômenos coletivos que aparecem em massa, sendo necessário numerá-los e medi-los. Para isso, vai implantar mecanismos, instrumentos, tecnologias de governo para intervir em tais fenômenos.

Sendo uma das dimensões da biopolítica, a produção de um saber, estruturado a partir do diagnóstico da ANA, pressupõe, então, a produção de dados estatísticos, de medições globais, porém não somente sobre o desempenho dos alunos, mas mais do que isso. Também pretende levantar dados sobre a realidade das escolas, o contexto socioeconômico, a sua infraestrutura etc⁴. É considerada um

⁴ Lockmann e Machado (2018) destacam que “No caso específico da ANA não se trata apenas de produzir e divulgar dados estatísticos sobre o resultado do desempenho de alunos e escolas,

instrumento capaz de verificar aspectos intervenientes no processo de aprendizagem e, assim, oferecer subsídios para orientar tanto a prática pedagógica quanto os processos de gestão destinados ao ciclo de alfabetização. É com este propósito que o saber estatístico, produzido por ela, vem-se tornando, em nível de vontade política, um imperativo capaz de orientar o planejamento educacional, em âmbito nacional e local, para gerenciar os índices de alfabetização e contribuir para a melhoria da qualidade da educação no país. Este imperativo se dissemina no momento em que o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, um programa destinado à formação continuada de professores alfabetizadores, passa a ser orientado pelos resultados dessas avaliações.

No contexto da pesquisa, o discurso da estatística mostra-nos que a produção desse saber está estreitamente vinculada a regimes de verdade, pois, enquanto tal, a estatística “[...] é considerada aceita como um poder absoluto de constrangimento”. (FOUCAULT, 2010, p.73). Nesse sentido, os sujeitos docentes inclinam-se à verdade proferida pela estatística e nesse movimento subjetivam-se ao fato de que o trabalho docente precisa ser repensado tendo em vista os resultados da ANA. Assim, a estatística se fortalece como um imperativo que governa pela verdade.

As avaliações educacionais são, antes de tudo, um julgamento de valor e carregam concepções que refletem as escolhas sobre o que se considera importante ensinar/aprender em nossa sociedade. As avaliações em larga escala, em especial, possibilitam a produção de dados em nível nacional/regional/local, subsidiando as políticas públicas para o desenvolvimento de estratégias de intervenção em possíveis dificuldades encontradas nos diferentes contextos educacionais. (BRASIL, 2013, p.13).

A ANA te dá um resultado real, te possibilita enxergar que nível que aquela turma está. Sem mascarar nada. Tu irás fazer e o resultado que estiver ali... é de se repensar o que está acontecendo, o que aconteceu. (Professora 05, 2017).

A gente vê ela de forma errada porque ela não é pra avaliar o conhecimento do aluno, ela vem pra contribuir pra ver onde é que a gente, como professor, precisa melhorar pra que a criança atinja esse conhecimento que falta para ela. (Professora 06, 2017)

Eu acho ela interessante, mas, eu acho que ela desconsidera as nossas realidades, porque eu acho... a maneira como a gente avalia se deu certo o trabalho que foi desenvolvido, porque a gente tem muitas realidades diferentes dentro de uma sala de aula e quando vem uma maneira de avaliar

comparando-os indiscriminadamente. A produção desses dados estatísticos acopla-se aqui com informações obtidas sobre o contexto socioeconômico das famílias, sobre a infraestrutura das escolas, sobre as condições de trabalho dos professores, sobre a formação docente e a gestão escolar, ou seja, sobre as condições intra e extraescolares que incidem sobre o processo de ensino e aprendizagem”. Para saber mais sobre os indicadores de contexto ver Lockmann e Machado (2018).

única, às vezes, isso acaba não mostrando a realidade que a gente tem realmente (Professora 07, 2017).

A partir dos excertos das entrevistas com os professores alfabetizadores foi possível constatar que a biopolítica, incorporada nas políticas de avaliação por meio da ANA, torna o saber estatístico um imperativo capaz de aferir a qualidade da educação brasileira, pois opera, sobre o professor alfabetizador, como uma verdade de nosso tempo. Assim, percebe-se o quanto, mesmo olhando para o eixo da produção de saberes e da forma como estes se constituem em verdades de um tempo, esse movimento não é possível sem considerar as relações de poder que o atravessam. De acordo com Foucault (2001, p. 1277) “Parece-me que fazer a história de certos discursos, portadores de saberes, não é possível sem ter em conta as relações de poder que existem na sociedade onde o discurso funciona.”

Diante desta constatação, muitas interlocuções do pensamento de Foucault podem ser feitas com o campo da Educação, considerando-se, porém, uma atualização contemporânea da biopolítica. Olhar para a biopolítica de uma forma atualizada, contribui para a compreensão de que esse caminho, por onde circula e se desdobra o saber estatístico, é um caminho exercitado pelo poder para se efetivar a produção de uma verdade e que, por conseguinte, faz operar práticas de governo para conduzir a população.

O desenvolvimento de estratégias de governo: a implementação de políticas e a padronização dos processos de formação

Nesse segundo exercício analítico, foi possível perceber como as políticas produzem maneiras eficazes de condução da conduta docente que interferem no modo de organizar e praticar o currículo escolar.

Após situar no nível do discurso a primeira dimensão da biopolítica contemporânea, que opera a partir da tríade no nível das técnicas de produção do saber, das relações que o sujeito estabelece com a produção de uma verdade, de um saber estatístico, passamos a situar a segunda dimensão dessa biopolítica no nível do poder, das ações sobre as ações alheias, das técnicas de governo que são implementadas com base nos saberes estatísticos produzidos. Neste movimento da tríade, a compreensão do discurso é analisada a partir de uma constante tensão entre práticas de poder. O poder, aqui, é visto a partir das lentes foucaultianas, “como uma capacidade de alterar o estado de um corpo a partir de uma ação que se exerça sobre ele”. (VEIGA-NETO, 2016, p.62). As práticas de poder neste eixo de análise são apresentadas como estratégias de governo que se articulam com os discursos produzidos por intermédio da implementação da tríade CICLO-PNAIC-

ANA.

Essa relação que estabelecemos entre discurso e poder pode ser evidenciada na pesquisa, no momento em que nos aproximamos do segundo domínio da obra de Foucault, fase em que o autor traça uma genealogia das relações entre o saber e o poder. O saber, aqui, passa a ser desdobrado no discurso e relacionado ao saber estatístico e o poder se desdobra e se relaciona com as estratégias de governo que conduzem o sujeito docente. Veiga-Neto (2016, p.64) ajuda-nos a aproximar esta discussão da segunda fase de Foucault, quando se refere à genealogia, ou seja, uma maneira de entender as relações de saber e de poder na história do presente. Dessa forma foi possível estabelecermos uma reflexão sobre as relações entre saber (discurso do saber estatístico) e o poder (estratégias de governo) na contemporaneidade.

Podemos ver que, desde a emergência da população, a produção de saberes tem-se constituído num imperativo da biopolítica, exercendo seu poder a partir da manifestação de verdades que busca apresentar o conhecimento sobre um sujeito individual dentro de uma dimensão coletiva e, assim, criar condições de possibilidades para o Estado agir sobre a conduta desse sujeito e gerenciar a população. A essas possibilidades de ação do Estado são atribuídas as estratégias, as práticas de governo.

As estratégias de governo, identificadas nesta pesquisa, são de duas ordens: uma refere-se à criação e implementação de políticas e a outra à universalização e padronização dos processos de formação docente.

A implementação de políticas, como primeira estratégia de governo identificada, nos faz compreender que o saber estatístico é utilizado para justificar as possibilidades de intervenção de um Governo, necessitando retomar a ideia de que o movimento que o *Fluxo Biopolítico Circular* realiza se pauta, primeiramente, pela inteligibilidade dos processos desenvolvidos numa população, ou seja, pauta-se pelo levantamento de informações sobre a população para depois criar possibilidades de intervenção. Essas possibilidades de intervenção podem ser compreendidas dentro do movimento da operacionalidade, quando são postas em operação ações “que pretendem operar, agir e intervir sobre grupos específicos, considerados de risco, prevenindo a recorrência dos fenômenos indesejados e modificando a situação atual de vida das populações” (LOCKMANN, 2013, p.112).

Neste estudo, este movimento de operacionalidade se vincula às estratégias de governo, considerando-o como “a própria ação ou ato de governar que se espalha, microfisicamente, pelo tecido social” (VEIGA-NETO, 2002b, p.16). Estas estratégias, que se espalham, são percebidas em âmbito nacional quando trazido para nosso foco de análise o Plano Nacional de Educação, que tem como finalidade:

[...] articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para

assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino, em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas das diferentes esferas federativas (BRASIL, 2014, p.9).

Entre as ações integradas que representam implementações de políticas, relacionadas ao Plano Nacional de Educação, estão as ações destinadas ao Sistema Nacional de Avaliação, o qual, em seu artigo 11, concentra os esforços a serem desenvolvidos para produzir saber estatístico em relação à Educação no Brasil e orientar a implementação de políticas públicas pelo período de dez anos. (BRASIL, 2014, p.47- 48).

Diante do que expressa o Plano Nacional, vimos que a produção do saber estatístico prevalece como imperativo no gerenciamento da educação, aparecendo em destaque desde a elaboração do plano, que contou com o diagnóstico da situação brasileira, até a implementação de políticas específicas com foco na alfabetização e na formação de professores, como o Programa Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa que busca alfabetizar todas as crianças, no máximo, até aos oito anos de idade (BRASIL, 2014, p.58), e assim se caracteriza, neste estudo, como uma estratégia de governo.

Como estabelecimento de uma medida comum a todos os docentes de alfabetização no Brasil, a segunda estratégia de governo, identificada na pesquisa, é atribuída à reestruturação na política de formação continuada para professores, a partir do PNAIC, pautada na universalização e padronização dos processos de formação docente.

Essa universalização e padronização da formação continuada é orientada com base em um currículo comum para o Ciclo de Alfabetização pautado em direitos e objetivos de aprendizagem. Como peça fundamental para a melhoria da qualidade da educação no país, os professores são conduzidos a transformar a prática pedagógica a partir do PNAIC, que, por sua vez, propõe momentos de reflexão em grupo, o que os induz a olhar para as experiências dos outros colegas, a traçar comparativos, a conhecer práticas de sucesso e, a partir disso, se criam possibilidades para a efetivação de um alinhamento do trabalho docente. Tais possibilidades de alinhamento do trabalho docente aparecem nos excertos destacados a partir da entrevista com os professores, que remetem à importância do PNAIC para unificar o ensino.

A formação continuada proposta pelo PNAIC tem reafirmado constantemente o papel do professor e a valorização da sua identidade profissional, como um dos agentes de transformação da educação. No PNAIC, temos estudado e refletido sobre diversos temas que suscitam mudanças na prática pedagógica e conseqüentemente possibilitam a melhoria da aula ministrada, bem como temos discutido a prática e consolidado a teoria. (BRASIL, 2015, p.54).

[...] ele veio para **tornar o ensino acho que mais unificado**, porque cada um segue um caminho. Ele veio para unir esse caminho para traçar uma linha para o professor trabalhar seria mais ou menos isso [...] (Professor 06, 2017).

[...] quando o programa começou, **foi mais uma luz que a gente viu que vinha do Governo Federal para nós, porque pra gente tirar um pouco dessas nossas dúvidas e ver se realmente a gente estava no caminho certo** [...] A gente também trocou muitas dúvidas com as colegas, a gente fazia as discussões, aí, se a gente estava com algumas dúvidas, às vezes a gente achava que estava meio errado, que não era assim, a gente ia e trocava uma experiência com a colega que, às vezes, estava com o mesmo problema que a gente. [...] (Professor 04, 2016).

Ao analisar as relações que os professores estabelecem com os momentos de reflexão em grupo destacaram-se outras duas questões. A partir dos excertos analisados, é possível perceber a presença de um paradoxo, uma vez que a ideia de alfabetizar todos os sujeitos (leia-se sujeitos diferentes), parece partir da premissa de padronização e universalização tanto de formação, quanto de prática pedagógica. Ou seja, cria-se uma verdade de que, se universalizarmos os processos de formação, unificarmos as identidades docentes e padronizarmos as práticas, a partir de uma base curricular comum (pelos objetivos de aprendizagem), conseguiremos atingir a meta 5, de alfabetizar todos até os 8 anos de idade, alfabetizar todos no mesmo tempo e por meio dos mesmos processos.

Fazer tal análise não impede que possamos pensar possibilidades distintas de intervenção pedagógica, prever meios, articular formas para contribuir para uma aprendizagem consolidada das crianças em leitura e escrita. Não impede que possamos buscar outras formas, outros modos de ver a alfabetização, partindo de cada realidade escolar, de modo que, assim, possamos contribuir para que a alfabetização se concretize, ou que avance dentro das possibilidades de cada contexto escolar.

Em relação aos modos de pensar e de ser professor destacamos a maneira como os professores incorporam e problematizam alguns discursos relacionados à padronização da Avaliação Nacional da Alfabetização-ANA, nos quais aparece a ideia de que existe um jeito certo de alfabetizar. Esta ideia parte da reflexão que cada professor faz no grande grupo, uma vez que é conduzido a repensar seu trabalho sempre olhando para as experiências de sucesso dos outros colegas, o que nos remete aos objetivos principais da tríade, que é gerenciar o risco da não alfabetização, no coletivo, operando sobre o individual do trabalho docente.

Nesse sentido, reiteramos que esse *Fluxo Biopolítico Circular*, ao operar sobre o sujeito docente, a partir dos princípios da universalização e padronização dos processos de formação, torna-o objeto de produção de uma biopolítica contemporânea, pois a formação continuada dos professores, a partir do PNAIC, é vista como via principal para melhorar as condições da alfabetização no país e elevar

a taxa de alfabetismo. Com isso, essa biopolítica contemporânea mostra sua produtividade por meio do discurso e do poder, uma vez que controla, regula a produção de sujeitos, em dados momentos históricos, constitui identidades, maneiras de ser e agir como docentes de alfabetização. O discurso é aquilo que faz operar no sujeito a articulação, o cruzamento entre o poder e o saber, entre as estratégias de governo e a produção de saberes para que uma determinada política pública se efetive. Dessa forma, “mais do que subjetivo, o discurso subjetiva” (VEIGA- NETO, 1995, p.26) e provoca o terceiro exercício analítico a partir dos processos de subjetivação que se instauram como elementos centrais em relações complementares para que essa tríade de políticas se efetive.

Os processos de subjetivação e os efeitos sobre o sujeito docente

Neste terceiro exercício analítico, evidenciamos os modos de subjetivação a partir dos quais os professores se doham às verdades produzidas pelas políticas e pelas estatísticas ou realizam questionamentos e problematizações, mobilizando estratégias de resistência.

A partir da operação da tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA, cujo foco é conduzir o sujeito docente, identificamos que, para que as atuais políticas de alfabetização se efetivem, é necessário operar numa terceira dimensão, na qual aparecem as relações de saber e de poder que os professores exercem consigo mesmos. Trata-se da subjetivação.

A subjetivação é, assim, o nome que se pode dar aos efeitos de composição e recomposição de forças, práticas e relações que se esforçam ou operam para transformar o ser humano em diversas formas de sujeito, que sejam capazes de se constituir em sujeitos de suas próprias práticas, bem como das práticas de outros sobre eles (ROSE, 2011, p. 236).

Essas relações são da ordem da produção de verdades por meio do discurso do saber estatístico e das relações de poder estabelecidas nas práticas de governo, as quais pudemos relacionar às duas dimensões da obra de Foucault – a do saber e a do poder. Porém, há ainda uma terceira dimensão para que a política da tríade se efetive. São as práticas de si e os processos de subjetivação. Ou seja, práticas em que os sujeitos docentes operam ações sobre eles mesmos.

Neste terceiro exercício analítico, mostramos como se dá a relação que os sujeitos docentes estabelecem consigo mesmos, a partir do momento em que se subjetivavam às verdades produzidas pelos discursos do campo da alfabetização e às técnicas de governo e de condução da conduta que se efetivam, prioritariamente, por meio dos processos de formação docente a que são submetidos. A partir das contribuições de autores contemporâneos (VEIGA-NETO, 1995, 2006, 2016 e RABINOW; ROSE, 2006), problematizamos a subjetividade num

entrecruzamento de relações de saber-poder-subjetivação. É nesse entrecruzamento que se constitui o sujeito docente e se conduzem os modos de ser, pensar e agir entre os docentes de alfabetização.

Nesse sentido, a terceira dimensão desta biopolítica contemporânea relaciona-se ao terceiro domínio do pensamento foucaultiano (ser-consigo). A relação entre biopolítica e subjetivação, só foi possível a partir de uma atualização do conceito de biopolítica realizada pelos autores Rabinow e Rose (2006). Eles compreendem que a biopolítica, incorpora também a relação do sujeito consigo mesmo, visto que a partir da maneira como cada sujeito atua sobre si mesmo, os riscos da vida de uma população também são gerenciados. No caso específico desta pesquisa, percebemos que uma das dimensões de efetivação desse fluxo biopolítico circular constitui-se, justamente, na forma como os sujeitos docentes passam a agir sobre suas próprias condutas, estabelecendo relações consigo mesmos.

No interior dessa dimensão, podemos perceber que as formas de governo que cada um faz operar sobre si mesmo funcionam a partir de dois movimentos. Um dos movimentos é o de reafirmar e dobrar sobre si mesmo as verdades produzidas pelos discursos de uma determinada época ou campo (quando, por exemplo, cada professor assume para si as verdades do campo da alfabetização) e passa a agir e conduzir as suas próprias ações a partir dessas verdades. Ou seja, passa a subjetivar-se e dobrar-se a essas verdades. Um segundo movimento, que compõe também esse eixo da relação do sujeito consigo mesmo, aparece nas formas de resistência, nos modos como alguns professores alfabetizadores resistem à ordem instituída pelas políticas de alfabetização. Assim podemos perceber que a operação sobre o professor alfabetizador contemporâneo é projetada por três eixos: saber-poder-subjetivação.

Esta projeção sobre o sujeito não pode ser vista como mecânica, mas constituída por deslocamentos entre os três eixos (ser-saber; ser-poder; ser-consigo), que são elementos constituintes que flutuam e se disseminam em espaços abertos, tempos flexíveis, mas controlados, próprios da sociedade de controle.

Desta forma, a partir desses movimentos analisados – da produção de verdades, das estratégias de governo e dos processos de subjetivação – é possível perceber que tais movimentos definem os regimes de verdade e são instaurados a partir da tríade CICLO-PNAIC-ANA, produzindo subjetividades docentes, o que nos aponta que isso não é resultado de uma prática isolada, mas das relações que se estabelecem e se complementam entre o cruzamento do discurso (saber) e das estratégias de governo (poder), aos quais os docentes de alfabetização são submetidos (subjetivação) (VEIGA-NETO, 1995, p.44)

A partir deste cruzamento entre saber-poder-subjetivação, identificamos que o docente de alfabetização reage a esses processos de duas formas, seja reafirmando e dobrando sobre si mesmo as verdades produzidas pelos discursos, seja adotando

formas de resistir a eles. Essas formas de resistência são efeitos das relações que se estabelecem a partir do exercício do poder sobre si mesmo, em que a subjetividade aparece como uma técnica, um procedimento de regulação que define o momento e o modo como cada sujeito se autogoverna. Esta técnica instaurada sobre os professores alfabetizadores nesses processos de subjetivação são características da racionalidade neoliberal, que não intervêm diretamente, mas está sempre em vigilância, circundando, conduzindo, governando e controlando os sujeitos.

Trata-se do que Foucault (2008b) chamou de racionalidade dos governados, a qual vai servir de regulação para as ações do governo. Nesta discussão, nos aproximamos do pensamento de Foucault (2008b) para mostrar como essa racionalidade contemporânea se apresenta de forma a não se pautar somente pelo interesse de quem governa, mas pelo interesse de quem é governado também, pois a concorrência entre turmas, escolas, municípios e regiões convoca e subjetiva os sujeitos docentes a repensarem suas práticas, conduzindo, assim o trabalho docente. Este é o momento e o modo como a subjetividade opera. Pelo princípio da concorrência, esses sujeitos são governados e autogovernados servindo de regulação, dando sustentação e materializando as ações do governo. É no bojo do movimento neoliberal, embalado pela concorrência, que as atuais políticas de alfabetização atingem seu objetivo, pois não se trata apenas de um governo individual dos sujeitos, mas do gerenciamento de riscos no âmbito coletivo.

As técnicas instauradas nesses processos de subjetivação podem ser percebidas como uma expertise da subjetividade, uma vez que se dá ao mesmo tempo pelas ações de uns sobre os outros e também sobre si mesmo, no momento em que essas ações se materializam. As ações que se dão sobre si mesmos são compreendidas como técnicas de si (VEIGA-NETO, 2006, p.23), ou seja, como tecnologias do eu, práticas de si, que identificamos, na pesquisa, operando pelos sentimentos de responsabilização e culpabilização docente.

As tecnologias do eu operam nos momentos em que os docentes se dobram aos discursos produzidos pelas avaliações externas em larga escala, por meio da ANA, ou aos discursos produzidos a partir do PNAIC. Aos discursos produzidos pela ANA, os professores se dobram quando acreditam que ela apresenta um resultado real e confiável e que o trabalho docente precisa ser repensado se os resultados ficarem abaixo do esperado, subentendendo-se que a culpa pode ser ou parecer do professor.

Aos discursos produzidos pelo PNAIC, os professores se dobram quando afirmam que devem mudar sua maneira de ser e agir, que o programa veio dar uma luz para trilhar o caminho correto da alfabetização ou, ainda, quando acreditam que a proposta de tempo de alfabetização ampliado é interessante.

Acho que ela é bem válida, é importante. Ela te dá um resultado real e é padrão [...] A ANA é um padrão que te dá um resultado real [...] e, aí assim, se tem um resultado padrão, confiável. (Professor 05, 2017).

[...] o PNAIC trouxe pra mim não sei se insegurança ou desconforto. Talvez seja isso. Por isso que a gente se sente um pouco, porque tem que mudar. A gente tem que mudar muita coisa e eu me sinto desconfortada, desconfortável. (Professor 06, 2017).

[...] o PNAIC, quando ele começou, foi mais uma luz que a gente viu que vinha do Governo Federal para nós [...] pra tirar um pouco das nossas dúvidas e ver se realmente a gente estava no caminho certo. (P04, 2017).

[...] eu acho que essa proposta de todos alfabetizados na idade certa é interessante porque dá um tempo maior para criança. Não tem aquela pressa que, no antigo sistema, tinha, de série, na 1ª série todos já tinham que está lendo. Agora tem um tempo maior para alfabetização. A proposta em si é interessante. (Professor 09, 2017).

Como podemos ver nos excertos citados acima, a produção de verdades efetiva-se quando os professores alfabetizadores se dobram aos discursos produzidos e se submetem a eles. No entanto, também evidenciamos um segundo movimento, quando os professores resistem às verdades constituídas em determinados momentos, quando questionam a padronização da ANA, o modo de avaliar do PNAIC, aparecendo, dessa forma, a ideia da resistência, mostrando que, onde existe poder, há resistência. Com isso, é possível perceber um deslocamento, alguns professores reafirmando discursos de um regime de verdade de uma época e outros já os questionando, mostrando-nos que os processos de subjetivação se desenvolvem a partir de tensões e resistências. Essa forma de questionar os discursos produzidos representa um escape da operação das três dimensões desta biopolítica contemporânea. Um escape que mostra a vontade dos professores alfabetizadores de constituírem outras formas de pensar a docência.

É interessante na verdade que todos os alunos estejam alfabetizadas até o final do terceiro ano. Mas eu acho que ela desconsidera um pouco as nossas realidades, porque, da maneira com que a gente avalia, se deu certo o trabalho que foi desenvolvido. Porque a gente tem muitas realidades diferentes dentro de uma sala de aula. E, quando vem uma maneira de avaliar única, às vezes, isso acaba não mostrando a realidade que a gente tem, realmente. Mas eu acho que essa proposta de todos alfabetizados na idade certa é interessante porque dá um tempo maior para a criança. A proposta em si é interessante. Eu acho que é a maneira como ela é avaliada que não concordo muito, com o modo de avaliação. (Professor 09, 2017).

[...] nós temos na sala de aula diversos tipos de alunos, alunos infrequentes, alunos incluídos e, quando vem uma ANA, uma Provinha Brasil, por exemplo, vem uma provinha onde é aplicado para todos os alunos não têm, pelo que me consta, nenhum, nas grades que a gente preenche, nenhum ícone que desse para colocar ali aluno com Síndrome de Down, ou aluno com deficiência auditiva, que fez a prova de uma outra maneira, ou seja, infrequente mesmo. Muitas vezes, nós temos alunos que faltam vinte dias, trinta dias e é óbvio que a aprendizagem dele não está igual

aquele aluno que vem a aula todos os dias. Aí uma turma, digamos, de dez alunos que fez essa avaliação, eu tenho dois incluídos e tenho um infrequente, ao final da prova, é feito uma média geral e aqueles alunos, que para mim estão alfabetizados, têm sua média prejudicada por conta destes que tem, como vamos dizer, essas particularidades. Então, eu acho que isso é injusto. Na verdade, deveria ter uma outra forma de avaliação que, pelo menos, isso fosse considerado porque daí a gente fica com uma média baixa e, às vezes, não está mostrando realmente o que está acontecendo na turma. (Professor 07, 2017).

Ao mesmo tempo em que, a partir da Avaliação Nacional da Alfabetização, ou da formação continuada por meio do PNAIC, se opera sobre o sujeito docente, influenciando os modos de ser e agir dos professores alfabetizadores, encontramos também questionamentos, escapes que parecem funcionar como contracondutas às verdades instituídas pelas políticas.

Isto pode significar a legitimidade do poder das atuais políticas de alfabetização ou um desvio dos professores alfabetizadores para constituírem outras formas de serem governados ou se autogovernarem. Podem significar uma espécie de reversibilidade de comando. Foucault nos diz que “em qualquer relação humana, sejam elas pessoais, institucionais e/ou econômicas, o poder está presente” (2012, p.269), mas, ao mesmo tempo, alerta: “toda relação de poder implica a possibilidade de resistência, escapatória, fuga, reversibilidade de comando” (2012, p.269).

Esses dois movimentos, de se subjetivar e de resistir, fazem parte do jogo entre saber-poder-verdade (LOCKMANN, 2017). Esse jogo, que opera pela subjetivação, age pelo menos em duas direções: definindo modos de ser e agir como docentes de alfabetização que se dobram às verdades produzidas pelas políticas, ou resistem, questionando e conduzindo suas ações de outros modos que escapam à lógica imposta pelas políticas.

Nesse processo, é possível perceber como a subjetividade é constituída por discursos externos que circulam na sociedade, mas que, por meio dos processos de subjetivação, se transformam em internos, se transformam em discursos do próprio sujeito, quando este se subjetiva a partir das relações que estabelece com os outros e consigo, caracterizando que esse processo de subjetivação se faz por dobra. (LOCKMANN, MACHADO e FREITAS, 2015). Podemos perceber como determinadas verdades que circulam na exterioridade desse sujeito, como vemos no caso das políticas de alfabetização, acabam dobrando-se e se tornando o lado de dentro do sujeito docente que passa a reproduzir esses discursos.

Essa maneira de pensar os processos de subjetivação partindo do processo de dobra permite-nos pensar que o “[...] lado de fora não é um limite fixo, mas uma matéria móvel, animada de movimentos, de pregas e de dobras que constituem um lado de dentro: nada além do lado de fora, mas exatamente o lado de dentro do lado de fora” (DELEUZE, 2005, p.104). Assim, a dobra atribuída por Deleuze, materializa-se quando os professores alfabetizadores se curvam às verdades produzidas na

contemporaneidade e se modificam constituindo exatamente o que os discursos externos prescrevem. O da tríade Ciclo de Alfabetização-PNAIC-ANA é dobrar o professor alfabetizador e levá-lo a interiorizar as verdades por ela sustentadas. É deslocar para a interioridade docente modos de ser e pensar a prática alfabetizadora a partir do governmentação e, assim, produzir subjetividades docentes.

Porém, além desses processos de subjetivação que se fazem por dobra, talvez possamos pensar em outros processos que se fazem por rasgaduras na ordem instituída. A subjetivação materializa-se em dobras, no sentido atribuído por Deleuze (2005), quando o sujeito se curva, se inclina às verdades produzidas, constituindo camadas que se vão sobrepondo, assim como se fosse um tecido sendo dobrado, em que o lado de fora se vai transformando no lado de dentro, ou seja, transformando-se na interioridade do sujeito.

Ao pensar em processos de rasgadura, as políticas podem não se efetivarem em sua totalidade, ou ainda, efetivarem-se de outros modos, mostrando desvios na forma dos sujeitos incorporarem os discursos e não se dobrarem da forma que foi preconizado. Dessa forma, a rasgadura aparece quando as relações de poder geram resistência, ou desvios, materializando escapes: à medida que o sujeito estabelece uma relação de poder consigo mesmo, mas não incorpora os discursos externos em sua totalidade, ele problematiza o que está posto pelo lado de fora. A este escape da subjetivação chamamos rasgadura. É o efeito de uma dobra que não se efetivou em sua totalidade. Ela representa uma ruptura, um desvio nas relações a partir da resistência que se estabeleceu.

Partindo da concepção foucaultiana de que o sujeito é constituído numa trama histórica, podemos pensar, então, que a subjetivação se dá nesse processo de constituição do sujeito, a partir das relações que são estabelecidas, mas que podem ser acolhidas, ou não, por esse sujeito. Ou seja, os sujeitos docentes podem dobrar-se, em parte, aos discursos instituídos pelas políticas ou podem produzir rasgos, resistindo a alguns dos discursos instituídos como verdadeiros, mesmo sem romper com tudo que é preconizado pelas políticas. A rasgadura não significa um rompimento total com as políticas, mas outras possibilidades de ser, de viver e de conduzir a sua prática docente, mesmo quando o objetivo é atingido: os alunos alfabetizam-se, o IDEB é alcançado. Então, se a “dobra de Deleuze é a prega que dá uma curvatura ao lado de fora e constitui o lado de dentro” (LOCKMANN, MACHADO e FREITAS, 2015), a rasgadura é a brecha, a ruptura, a resistência, um desvio que possibilita que novas formas de ser e de conduzir a prática docente sejam efetivadas, para além do já instituído pelas políticas.

Partindo disso, definimos que a tríade opera a partir das três dimensões: do saber, do poder e da subjetivação, numa função biopolítica contemporânea que age num fluxo complexo de relações que não só acomodam os discursos, tomados como verdadeiros numa determinada época, mas, também, justamente pelos fluxos,

possibilitam escapes. Assim estabelecemos um vínculo com o projeto de Foucault e transitamos por três momentos que definem sua obra: ser-saber; ser-poder; ser-consigo e, nesse último, evidenciamos os efeitos dos processos de subjetivação, a produção da subjetividade docente que se pode efetivar tanto por dobra como por rasgadura. Acreditamos, a partir deste estudo, que Foucault, ao pensar a produção do sujeito, nos deixou pistas, nos deu subsídios para problematizar, na contemporaneidade, a constituição do sujeito e das políticas de educação.

Considerações Finais

A intenção deste estudo foi mostrar como os três domínios de Foucault são produtivos para pensar a produção do sujeito docente na contemporaneidade e como se governam esses sujeitos a partir de uma biopolítica que não age mais somente pelo viés biológico, mas se reorganiza para alcançar a todos pelos demais aspectos da vida humana, operando em três esferas: pelo saber, pelo poder e pela subjetivação. Vimos o quanto a produção de um saber estatístico é fundamental para governar num espaço aberto que se constitui a sociedade de controle e o quanto a estatística funciona como uma técnica de governo, que age à distância monitorando as ações dos sujeitos docentes. É essa a biopolítica contemporânea que age num fluxo complexo de relações que não só acomodam os discursos tomados como verdadeiros, numa determinada época, mas, também, e, justamente, pelos fluxos, possibilitam escapes.

Embasadas pelo pensamento foucaultiano, sustentamos o argumento de que a tríade CICLO-PNAIC-ANA opera sobre o sujeito docente a partir desse *Fluxo Biopolítico Circular* que articula saberes, poderes e modos de subjetivação fazendo com que, ora os professores se dobrem aos discursos das políticas, ora produzam escapes e rasgaduras na ordem instituída. Este é o *Fluxo Biopolítico Circular*! Ele nunca para! Ele circula nesse espaço de subjetivação constituindo o professor alfabetizador contemporâneo. Está em permanente movimento porque sempre algo vai escapar dele. Algo que pode ocorrer pelas relações de resistência ou pelos próprios paradoxos que produz. Alguém ou algum aspecto não entrará nos índices das estatísticas. Diferentes modos de ser e pensar a docência serão produzidos e escaparão daquilo que é preconizado pela padronização e universalização dos processos de formação docente. Isso porque somos sujeitos constituídos por diversas perspectivas, concepções, que não podem ser alcançadas por uma biopolítica contemporânea, embora esta se apresente como incansável, tentando atingir o maior número possível de pessoas e processos. Não se pretende ser contra ou favor deste *Fluxo Biopolítico Circular*, pretende-se mostrar sua produtividade e, ao mesmo tempo, seus escapes. Acreditamos que aquilo que escapa desta biopolítica contemporânea remete-nos a outras questões e outros processos, que,

nesta esteira de problematizar o gerenciamento da alfabetização no Brasil, nos provocam a elucubrar sobre os possíveis tipos de sujeito infantil alfabetizado que estão sendo produzidos no Brasil.

Referências

BRASIL, *Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. *Ensino Fundamental de Nove Anos*. Orientações Gerais. MEC, 2004.

BRASIL. *Lei n. 11.274, de 06 de fevereiro de 2006*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2004-2006/2006/Lei/11274>. Acesso em: 14 fev. 2007.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos*. Parecer homologado Despacho do Ministro, publicado no D.O.U. de 9/12/2010, Seção 1, Pág. 28. Conselho Nacional de Educação, 2010a.

BRASIL. *Resolução Nº 7, DE 14 de dezembro de 2010*. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos. Câmara de Educação Básica, Brasília, DF, 2010b.

BRASIL. *Avaliação nacional da alfabetização (ANA): documento básico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. *Portaria nº 867, de 4 de julho de 2012*. Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais. Disponível em: <http://pacto.mec.gov.br>. Acesso em: maio 2016.

BRASIL. *Elementos Conceituais e Metodológicos para definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização (1º, 2º e 3º anos) do Ensino Fundamental*. DICEI/COEF, 2012b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: fev. 2016.

BRASIL. *Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília, DF, 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 15 abr. 2017.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005. 143p.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense, 1995a, 239p.

FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382p.

FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*. Vol. 1:1954-1975. Paris: Gallimard, 2001. 389p.

FOUCAULT, Michel. *Segurança, território e população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008a. 572p.

FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica*. São Paulo: Martins Fontes, 2008b. 512p.

FOUCAULT, Michel. *Do governo dos vivos: Curso no Collège de France, 1979-1980: excertos/Michel Foucault; tradução, transcrição e notas Nildo Avelino*. São Paulo: Centro de Cultura Social. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010. 130p.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 2011. 295p.

FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. *In: Ditos e escritos, volume V: ética, sexualidade, política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. p. 258-280

LOCKMANN, Kamila. *Assistência Social, Educação e Governamentalidade Neoliberal*. Curitiba: Editora Appris, 2019. 351p.

LOCKMANN, Kamila. *A inclusão escolar e as avaliações em larga escala: uma diáde que produz efeitos na escola*. 38ª Reunião Nacional APED. GT13 – Educação Fundamental – Trabalho 122, São Luiz do Maranhão, 2017. Disponível em: <http://38reuniao.anped.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2017.

LOCKMANN, Kamila. MACHADO, Roseli Belmonte. Invisibilidades na Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA): os alunos com deficiência e o trabalho docente. *Revista Educação Especial*, v. 31, n. 63, p. 879-892, out./dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5902/1984686X33090>. Acesso em: 15 set. 2019.

LOCKMANN, Kamila; MACHADO, Roseli Belmonte; FREITAS, Débora Duarte. A inclusão, a escola e a subjetivação docente: analisando o contexto do município do Rio Grande. *Educação em Revista*. v. 33, p. 1-18, nov. 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698154132>. Acesso em: 20 out 2019.

RABINOW, Paul; ROSE, Nikolas. O Conceito de Biopoder hoje. *Política e Trabalho-Revista de Ciências Sociais*, n. 24, p. 27-57, abr. 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6600/4156>. Acesso em: 05 out. 2019.

ROSE, Nikolas. *Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade*. Petrópolis: Vozes, 2011. 308p.

SANTAIANA, Rochele da Silva. *“+ 1 ANO É FUNDAMENTAL”*: práticas de governo dos sujeitos infantis nos discursos do Ensino Fundamental de Nove Anos, 2008. 180f. Dissertação (Mestrado em Educação), Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? *In: VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.) et al. Crítica Pós-estruturalista e Educação*. Porto Alegre:

Sulina, 1995. p. 9-56.

VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault & a Educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. 191p.

VEIGA-NETO, Alfredo. Na oficina de Foucault. In: GONDRA, José e KOHAN, Walter. *Foucault 80 anos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. p. 79-81

VEIGA-NETO, Alfredo. Coisas do governo... In: RAGO, Margareth; ORLANDI, Luiz B. L. & VEIGA-NETO, Alfredo (Org.). *Imagens de Foucault e Deleuze: ressonâncias nietzschianas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002b. p.13-34.

Recebido em: 16 set. 2019.

Aceito em: 04 maio 2020.

Rosimar Isidoro Machado

Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande – FURG. Licenciada em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil e Anos Iniciais pela Universidade Luterana do Brasil (2007) ULBRA-TORRES. Secretária Municipal de Coordenação, Planejamento e Projetos da Prefeitura Municipal de Tavares. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/exclusão Geix/FURG/CNPq. Áreas de Interesse: Alfabetização, Currículo e Avaliação.

Contato: isidororosimar@gmail.com

Kamila Lockmann

Doutora (2013) e Mestre (2010) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Professora do Instituto de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande - FURG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação e In/exclusão (GEIX/FURG/CNPq). Bolsista Produtividade em Pesquisa do CNPq - Nível 2. Áreas de interesse: Inclusão escolar e social, políticas educacionais, currículo e avaliação.

Contato: kamila.furg@gmail.com